

Avaliação Educacional: Uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras

Adolfo Ignacio Calderón
Regilson Maciel Borges

Artigo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Ministério da Educação do Brasil.

O olhar retrospectivo da construção do campo da avaliação da educação possibilita a compreensão das atuais tendências da avaliação educacional como elemento constitutivo das políticas educacionais, que assumem cada vez mais matizes transnacionais, seja no âmbito da avaliação da aprendizagem, da avaliação institucional e/ou da avaliação de sistemas. Nesta ótica, o presente artigo se debruça sobre o estudo da avaliação educacional, abordando seu desenvolvimento como campo de conhecimento acadêmico-científico, seu percurso histórico e as tendências temáticas predominantes à luz dos conhecimentos disseminados nas revistas científicas brasileiras consideradas de alto impacto – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação e Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, que adota as estratégias das pesquisas denominadas estado da arte, e que neste estudo são aplicadas à trajetória da avaliação educacional brasileira, abrangendo tanto a avaliação da educação básica quanto da educação superior. Tomando como referência de análise quatorze estudos sobre a produção científica divulgada em periódicos nacionais, é traçado uma linha do tempo identificando a existência de quatro períodos, nos quais a avaliação da educação brasileira se contextualiza, assumindo diversos matizes e características: do tecnicismo à busca por referenciais teóricos (década de 70), a ênfase na dimensão política da avaliação educacional (década de 80), a inclusão da avaliação educacional na agenda pública (década de 90) e o balanço da produção científica sobre a avaliação educacional (década de 2000).

Palavras-chave: Avaliação educacional, estado da arte, revistas científicas brasileiras

The retrospective look of the construction of the field of educational assessment enables the understanding of current trends in educational assessment as a constitutive element of educational policies, assuming increasingly transnational hues, either in the assessment of learning; institutional assessment and / or evaluation systems. In this light, this article focuses on the study of educational assessment, addressing its development as a field of academic knowledge and scientific, its historical and thematic trends prevailing in the light of the knowledge disseminated in Brazilian scientific journals considered of high impact – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação e Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. In methodological terms, it is a study of bibliographical works, which adopts the strategies of the researches called state of the art, and in this study are applied to the trajectory of the Brazilian educational evaluation, covering both the evaluation of basic education as higher education. Taking as analysis references fourteen studies on scientific production published in national journals, is drawn a timeline identifying the existence of four periods, in which the evaluation of Brazilian education is contextualized, assuming various hues and characteristics: from the

technicality to the search theoretical (70s), the emphasis on the political dimension of educational evaluation (80s), the inclusion of educational evaluation at public agenda (90s), and the balance of scientific production on educational evaluation (2000s).

Keywords: Educational evaluation, state of art, brazilian scientific journals

1. Introdução

A década de noventa no Brasil foi caracterizada pela implantação de reformas estatais orientadas dentro dos princípios da nova gestão pública (Bresser Pereira, 1998). Como decorrência disso, a avaliação por resultados ganhou centralidade nos diversos níveis educacionais, por meio da hipervalorização dos mecanismos de avaliação em larga escala, abrangendo e desafiando tanto a avaliação da aprendizagem, quanto a avaliação institucional e a avaliação de sistemas, impactando as práticas de ensino, o currículo, o trabalho docente, a cultura escolar e a gestão educacional. O destaque que a avaliação recebe neste período, permitiu caracterizá-lo como a década da avaliação (Dias Sobrinho, 2003).

O olhar retrospectivo da construção do campo da avaliação da educação possibilita a compreensão das atuais tendências em torno da temática da avaliação, que cada vez mais assumem matizes transnacionais, expressando, como afirma Bonamino e Sousa (2012), uma agenda mundial que associa a avaliação com a promoção da qualidade da educação, estabelecendo inclusive novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais. Aí radica a pertinência do presente artigo que aborda a avaliação educacional no Brasil a partir de seu desenvolvimento histórico enquanto campo de conhecimento acadêmico-científico, tomando-se como referência de análise os estudos realizados acerca da produção sobre avaliação educacional disseminada em revistas científicas brasileiras vocacionadas à divulgação de conhecimentos no referido campo.

A referência de análise englobou, precisamente, os chamados estudos sobre o estado da arte ou estado do conhecimento (adotam-se os termos como sinônimos, conforme o faz Ferreira (2002) e Therrien e Nóbrega-Therrien (2004), que entendem que essas pesquisas trazem em comum o desafio de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento), que, conforme Ferreira (2002:259), se constitui em “pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema”. Ou seja, foram analisados estudos que tiveram por objetivo avaliar o conhecimento produzido sobre a avaliação educacional, a partir dos artigos divulgados por revistas científicas da área.

Portanto, os trabalhos selecionados como objeto de análise estavam focados diretamente na área da avaliação educacional, autocatalogados como “estado da arte” ou “do conhecimento” ou enquadrados enquanto tais. Ressalta-se, ainda, que esta seleção considerou apenas os estudos que tiveram como fonte a produção de conhecimento disseminada em revistas científicas, não sendo abarcadas pesquisas sobre o estado do conhecimento a partir de outras fontes, tais como dissertações de mestrado e teses de doutorado, produções apresentadas em congressos, entre outras.

Os estudos analisados se debruçaram sobre a produção científica de quatro revistas em torno da avaliação educacional –*Estudos em Avaliação Educacional*, *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, *Cadernos de Pesquisa* e *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*–, as mesmas que, de acordo com a literatura científica (Barreto e Pinto, 2001; Gonçalves Filho, 2003), tornaram-se, no Brasil, os principais meios

propagadores de conhecimento que contribuíram para o processo de formação e constituição da avaliação educacional como campo de estudo.

Definidas como bibliográficas (Puentes, Aquino e Faquin, 2005), pesquisas sobre o estado da arte ou estado do conhecimento têm o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento. O desafio consiste, como afirma Ferreira (2002), em conhecer o já construído e produzido, para depois buscar o que ainda não foi feito, em dedicar atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, além de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente. Romanowski e Ens (2006), afirmam que a finalidade dos estudos sobre o “estado da arte” é diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes, indicar tipos de pesquisa, organizar informações e localizar lacunas existentes, de modo que tais trabalhos apresentem o percurso e o estágio atual do conhecimento produzido em torno de determinada temática.

Até o encerramento da pesquisa que deu origem ao presente artigo, em dezembro de 2012, após rigoroso levantamento bibliográfico, localizaram-se quatorze estudos, dentro do chamado estado da arte, que buscam mapear, sistematizar e compreender a produção científica do conhecimento sobre avaliação educacional (Vianna, 1992; Candau e Oswald, 1995; Barreto e Pinto, 2001; Gonçalves Filho, 2003; Sameshima, 2004; Sousa, 2005; Rothen e Barreyro, 2010; Tavares, Oliveira e Seiffert, 2010; Rothen e Barreyro, 2011; Borges, 2011; Borges e Calderón, 2011; Tavares, Oliveira e Seiffert, 2011; Poltronieri, 2012; Poltronieiri e Calderón, 2012), os quais passam a ser objeto de nossa análise. Esses estudos abrangem um período de quarenta anos (1971–2011) de produção e discussão no Brasil sobre o tema em questão.

2. Revistas científicas brasileiras sobre avaliação educacional

Diferentemente do âmbito internacional, quando nos anos de 1970 apareceram as primeiras revistas especializadas sobre avaliação, no Brasil as primeiras revistas científicas sobre a temática só surgirão nos anos de 1980. Trata-se das revistas *Educação e Avaliação*, editada pela Cortez Editora, que teve apenas duas edições, em 1980 e 1981, e a revista *Educação e Seleção*, editada de 1980 a 1989, pela Fundação Carlos Chagas.

Destacam-se: Evaluation and Program Planning, Evaluation and Policy Analysis, Studies in Educational Evaluation, Canadian Journal of Program Evaluation, New Directions for Program Evaluation, Evaluation and the Health Professions, Itea Journal of Test and Evaluation, Performance Improvement Quarterly e Evaluation Studies Review Annual. (Worthen, Sanders e Fitzpatrick, 2004:79)

Educação e Avaliação, uma revista semestral que circulou de julho de 1980 a março de 1981, foi criada com o propósito de promover um debate, tão amplo quanto possível, dos problemas de educação e avaliação. O primeiro número de *Educação e Avaliação* teve como tema central as relações entre medo e poder na avaliação. Já o segundo número discutiu a problemática da avaliação e a tomada de decisão.

Educação e Seleção, revista semestral editada de 1980 a 1989 pela Fundação Carlos Chagas (FCC), destinava-se à divulgação de estudos, relatos de pesquisa e de experiências de seleção de recursos humanos na área educacional e empresarial. A apresentação do primeiro número da revista expressa sua intenção em promover

intercâmbio de informações, bem como estimular a investigação sobre problemas de seleção, tornando mais claras as múltiplas faces do processo seletivo.

O aparecimento dessas primeiras revistas nos anos 1980 no Brasil, tal como observam Saul (2001) e Sousa (2005), coincide com o momento em que parte significativa da comunidade científica brasileira passa a incorporar os aspectos políticos na discussão da avaliação educacional.

Já nos anos 1990, período considerado por Dias Sobrinho (2003) como a “Década da Avaliação” no Brasil, apareceram outras três publicações voltadas para a questão da avaliação: *Estudos em Avaliação Educacional* (1990), *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* (1993) e *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (1996).

Estudos em Avaliação Educacional, criada como desdobramento da revista *Educação e Seleção*, é uma revista quadrimestral editada e patrocinada também pela Fundação Carlos Chagas. É classificada, pelo governo brasileiro, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no triênio 2010-2012, como periódico internacional, no estrato A2¹. A revista encontra-se indexada na Bibliografia Brasileira de Educação (BBE), *Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades* (CLASE), Base de Dados da Faculdade de Educação/ Unicamp (EDUBASE) e no *Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa* (IRESIE).

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação é uma publicação trimestral criada em dezembro de 1993, pela Fundação Cesgranrio. É classificada, pela Capes, no triênio 2010-2012, como periódico internacional, no estrato A1. A revista encontra-se indexada na: BBE, CLASE, EDUBASE, *Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX), *Organización de Estados Iberoamericanos* (OEI), CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e no Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (SIBE).

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior é uma publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), em parceria com a Universidade de Sorocaba (UNISO). Criada em 1996, a revista busca contribuir para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre a educação superior, em especial na área de avaliação. É classificada pela Capes como periódico internacional, no estrato A1. A revista encontra-se indexada no IRESE, *Red de Investigadores sobre Educación Superior* (RISEU), BBE, EDUBASE, Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP) e SCIELO.

Registra-se que foi nos anos 1990 que a avaliação recebeu maior destaque no cenário educacional brasileiro, devido à criação sistemas e instrumentos de avaliação em larga escala, tanto para a educação básica, com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, quanto para a educação superior, com o Programa de Avaliação Institucional das

¹ No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de um conjunto de procedimentos utilizado para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação (QUALIS), afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, os periódicos científicos. Desde 1998, disponibiliza uma lista de classificação dos periódicos que anualmente é atualizada. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas e à divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o *WebQualis*. O enquadramento é realizado mediante estratos indicativos da qualidade A1 – o mais elevado –, A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C, este último com peso zero.

Universidades Brasileiras, (PAIUB), criado em 1993, e o Exame Nacional de Cursos (ENC), criado em 1995.

Outras revistas voltadas para a discussão em torno da avaliação foram criadas a partir da primeira década do século XXI: *Revista de Avaliação de Políticas Públicas* (2008), *Revista de Gestão e Avaliação Educacional* (2009), *Revista Meta: Avaliação* (2009) e *Pesquisa e Debate em Educação* (2011).

A *Revista de Avaliação das Políticas Públicas* é uma publicação semestral editada e patrocinada pelo Mestrado Profissional em Avaliação e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/ UFC). Criada em 2008, a revista está voltada para a publicação de análises e resultados de pesquisas em avaliação de políticas públicas, reflexões teórico-metodológicas sobre avaliação, desenvolvimento de ferramentas e estratégias metodológicas que contribuam para a avaliação de políticas públicas e reflexões sobre o exercício da multi e da interdisciplinaridade. É classificada pela Capes no estrato B5.

A *Revista de Gestão e Avaliação Educacional* é uma publicação semestral, criada em 2009 pelo Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A revista é classificada pela Capes no estrato B5, e sua intenção é socializar a produção que vem sendo realizada no curso, por meio da elaboração de monografias e de artigos pelos professores e estudantes, durante o cumprimento dos componentes curriculares.

A revista *Meta: Avaliação* é uma publicação quadrimestral, criada em 2009, pela Fundação Cesgranrio. Veiculada exclusivamente através da internet, visa à divulgação da prática e da teoria da avaliação no Brasil, enfatizando as áreas de educação, saúde e sociedade, focando, portanto, a multidisciplinaridade do Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio. A revista é classificada pela Capes no estrato B5. *Meta: Avaliação* encontra-se indexada no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), LATINDEX e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), este último, seu patrocinador.

De recente criação, em 2011, a revista *Pesquisa e Debate em Educação* é uma publicação semestral vinculada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Seu objetivo é publicar artigos científicos de natureza profissional e de opinião, produzidos pelos professores e alunos do referido programa, bem como pelos demais centros de produção nacionais e internacionais.

Relacionando variáveis como ano de criação, tempo de existência e importância em termos de qualidade definida pelo governo brasileiro por meio do sistema QUALIS, coordenado pela CAPES, as revistas científicas brasileiras com foco específico na área da avaliação, são classificadas, neste estudo, como sendo de três tipos:

- As revistas precursoras – criadas na década de 1980, já extintas, mas que possibilitaram o surgimento de outras revistas. Destacam-se os títulos *Educação e Avaliação* e *Educação e Seleção*.
- As revistas pioneiras – criadas na década de 1990, ininterruptas, consolidadas, vigentes, de elevado impacto e em contínuo processo de crescimento. Destacam-se as revistas *Estudos em Avaliação Educacional*, *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* e *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*.

- As revistas emergentes – revistas criadas no final da primeira década do século XXI, reflexo do crescimento da área, a partir da existência de mestrados profissionais com foco na avaliação educacional, como é o caso da *Revista de Avaliação de Políticas Públicas*, da *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, da revista *Meta: Avaliação* e da revista *Pesquisa e Debate em Educação*.

Cabe ressaltar que, além das nove revistas científicas voltadas à discussão da avaliação educacional mencionadas, outras importantes publicações brasileiras, segundo consta na literatura acadêmica (Candau e Oswald, 1995; Barreto e Pinto, 2001; Sameshima, 2004), apesar de não se vocacionarem especificamente à temática avaliação, também a abordam em seu conteúdo de forma esporádica. É o caso dos *Cadernos de Pesquisa* (da Fundação Carlos Chagas), da *Revista Tecnologia Educacional* (da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional), da *Revista da Associação Nacional de Educação* (ANDE), da *Série Ideias* (da Fundação para o Desenvolvimento da Educação), *Em Aberto* (do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), da *Revista de Educação* (da Associação da Educação Católica), da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), e dos *Cadernos Cedes* (do Centro de Estudos Educação e Sociedade).

3. As pesquisas sobre o estado da arte da avaliação educacional

Os quatorze estudos aqui analisados serão apresentados sumariamente, a seguir, a partir do autor e/ ou autores do estudo, ano de sua publicação, bem como seu período de abrangência e a totalidade de trabalhos analisados.

A pesquisa realizada por Heraldo Marelim Vianna (1992), especialmente preparada para o número comemorativo dos 20 anos dos *Cadernos de Pesquisa*, toma como referência os artigos publicados sobre avaliação educacional nas edições correspondentes ao período de 1971 a 1991, num total de 111 trabalhos.

Ainda na perspectiva do estado do conhecimento, Vera Maria Candau e Maria Luisa Magalhães Bastos Oswald (1995) realizam um trabalho com o objetivo de levantar e analisar a literatura científica sobre avaliação, no período de 1980 a 1992, a fim de subsidiar a atuação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

O trabalho de Elba Siqueira de Sá Barreto e Regina Pahim Pinto (2001), inserido na *Série Estado do Conhecimento* financiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por meio do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED), apresenta uma análise da produção acadêmica sobre avaliação na educação básica no período de 1990 a 1998, com a pretensão de contribuir com uma visão mais abrangente e elucidadora desse campo de estudos no Brasil.

Também na linha de estudos que tiveram como objeto de pesquisa as revistas científicas, Francisco Gonçalves Filho (2003) investigou, em sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os enfoques em avaliação institucional tratados na produção da revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, no período de 1996 a 2002.

Dumara Coutinho Tokunaga Sameshima (2004) elaborou pesquisa de doutoramento na área de educação (currículo), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,

estudando a produção científica sobre avaliação institucional editada em periódicos nacionais da área da educação, no período de 1990 a 2002, com o objetivo de documentar e compreender o conhecimento acumulado sobre o tema em questão, assim como contribuir com uma visão abrangente e elucidadora desse campo de estudos.

A pesquisa realizada por Sandra Maria Zákia Lian Sousa (2005), com o propósito de caracterizar as produções dos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas sobre avaliação educacional, percorreu quarenta anos de publicação dos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas (FCC), no período de 1972 a 2003.

José Carlos Rothen e Gladys Beatriz Barreyro (2010) apresentam resultado de investigação que resgata o posicionamento dos formuladores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) acerca do seu processo de implantação, utilizando como fonte os artigos publicados na revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, entre os anos de 2003 a 2010. Em outro estudo, que também teve como fonte os editoriais e os artigos publicados nessa mesma revista pelos principais atores sociais vinculados à Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), entre os anos de 1996 a 2002, os autores (Rothen e Barreyro, 2011) apresentam a influência dos grupos acadêmicos que participaram ativamente na formulação e implantação das políticas de avaliação no Brasil.

Maria das Graças Medeiros Tavares, Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira e Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert (2010) apresentam resultados de estudo interinstitucional, que teve como objetivo analisar o pensamento veiculado em documentos publicados na revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas de Educação*, no período de 1993 até 2010. Em outro estudo as autoras (Tavares; Oliveira e Seiffert, 2012), tomando como referência a política de avaliação para a educação superior presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), analisam quais as ênfases e tendências sobre avaliação da educação superior nos textos da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*.

Regilson Maciel Borges (2011) realizou pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que buscou traçar o estado do conhecimento sobre a produção científica da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* em torno da temática da avaliação na educação básica, no período de 1999 a 2008. Numa perspectiva mais abrangente, Regilson Maciel Borges e Adolfo Ignácio Calderón (2011) apresentam resultados de pesquisa acima mencionada. Nesta, os autores, vinculados ao grupo de pesquisa Gestão e Políticas Públicas em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, abordam o estado do conhecimento relativo à produção científica da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* sobre avaliação educacional, abrangendo tanto a educação básica quanto a educação superior, no período de 1993 a 2008.

Heloiisa Poltronieri (2012), também do grupo de pesquisa Gestão e Políticas Públicas em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, elaborou pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, objetivando estudar o estado da arte da produção científica divulgada na revista *Estudos em Avaliação Educacional* entre 1990 e 2010, com foco na área da avaliação da aprendizagem da educação básica. Resultados dessa pesquisa são aprofundados por Poltronieri e Calderón (2012), ao mapearem a produção científica da revista *Estudos em Avaliação*, desde o período de sua criação, em 1990, até 2010, isto é, 20 anos de existência.

4. Avaliação educacional na linha do tempo

Tomando como base a temática avaliação educacional, abordada nos trabalhos anteriormente caracterizados, é traçado a seguir uma linha do tempo dividida em quatro períodos, compreendendo o tempo de abrangência dos trabalhos, de 1970 a 2000, a fim de se identificar o percurso histórico da construção do campo do conhecimento à luz das revistas científicas brasileiras, por meio dos estudos realizados na perspectiva do estado da arte.

Os quatro períodos analisados a seguir, que coincidentemente estão divididos por décadas específicas, foram definidos a partir da existência de características comuns em termos de predominância temática, devendo-se ressaltar que não podem ser utilizados como camisa de força, na medida em que existem processos que permeiam diversos períodos, com maior ou menor incidência.

4.1. A década de 1970 – Do tecnicismo à busca por referenciais teóricos

Nesse primeiro período, os trabalhos de Vianna (1992) e Sousa (2005) evidenciam que o enfoque em torno da avaliação centrava-se nas questões relacionadas à avaliação de currículos e programas educacionais, com forte influência da literatura norte-americana.

Vianna (1992) aponta que, a partir de 1973, os problemas relativos à avaliação educacional passaram a merecer um enfoque teórico mais aprofundado no país, principalmente, em torno da conceituação das várias dimensões da avaliação. Sousa (2005) também referencia os anos iniciais da década de 1970 como o período em que as produções passam a se direcionar a avaliação de projetos e programas educacionais.

No entanto, os autores divergem quanto ao enfoque de avaliação privilegiado nesse primeiro momento. Para Vianna (1993), no início a preocupação maior encontra-se relacionada à avaliação enquanto processo ligado à eficácia e à eficiência de programas educacionais. Já para Sousa (2005), inicialmente, os estudos apresentam características mais próximas da área de avaliação de currículo e, só posteriormente, serão objetos de estudo as avaliações de projetos educacionais.

Contudo, Vianna (1993) e Sousa (2005) são unânimes em constatar que as produções do período analisado evidenciam grande preocupação com o rigor conceitual e metodológico na abordagem ou modelo de avaliação em foco. Sousa (2005) identifica, ainda, que as referências bibliográficas utilizadas sobre programas educacionais são constituídas, em sua maior parte, por autores estrangeiros, principalmente, autores estadunidenses, como Blaine Worthen, James Sanders, Jody Fitzpatrick, entre outros.

Sousa (2005) destaca, também, o que outros levantamentos já apontaram sobre a produção em avaliação educacional dos anos 70, isto é, que os pressupostos positivistas embasam, em grande parte, o tratamento técnico da avaliação como mecanismo de controle, sem qualquer interesse na sua dimensão política e ideológica.

4.2. A década de 1980 – A ênfase na dimensão política da avaliação educacional

Neste segundo período, os trabalhos de Vianna (1992), Candau e Oswald (1995) e Sousa (2005) apontam que as pesquisas publicadas na década de 80, conferem ênfase a metodologias qualitativas para a avaliação, o predomínio da tendência dialético-transformadora, bem como à presença da afirmação da dimensão política da avaliação, afastando-se da influência norte-americana de avaliação, até então predominante nas discussões a respeito da temática avaliativa.

No que se refere às metodologias qualitativas de avaliação, Vianna (1992) destaca como focos de interesse as diversas formas de avaliação de cunho qualitativo, como o estudo de caso e a pesquisa participante. No entanto, apesar da ocorrência de vários estudos com essas metodologias, o autor observa certo desconhecimento quanto aos fundamentos teóricos dessas metodologias qualitativas.

Candau e Oswald (1995) identificam nos textos analisados, ênfase na tendência dialético-transformadora, que vê a avaliação como um elemento positivo de mediação na relação ensino-aprendizagem, entendida como um ato dinâmico, que pode ajudar a qualificar o projeto educativo. Essa tendência também denuncia os processos de avaliação como instrumento de alienação, autoritarismo e reprodutivismo.

Sousa (2005) evidencia que a partir dos anos 1980, as produções estudadas passam a apresentar a consciência de que as dimensões valorativas e políticas são inerentes ao fenômeno educacional e em decorrência, à avaliação educacional. Essas dimensões trazem, segundo a autora, importante contribuição para uma ampliação de perspectiva no campo da avaliação educacional, sobretudo, ao incorporar às reflexões a dimensão política da avaliação.

Entretanto, apesar dessa dimensão política da avaliação presente nas produções desse período, Candau e Oswald (1995) e Sousa (2005) também destacam o viés tecnicista que orienta a produção de grande quantidade de textos sobre avaliação educacional.

4.3. A década de 1990 – A avaliação educacional e sua inclusão na agenda pública

Nesse terceiro período, os trabalhos de Barreto e Pinto (2001), Gonçalves Filho (2003), Sameshima (2004), Sousa (2005), Rothen e Barreyro (2010), Tavares, Oliveira e Seiffert (2010; 2011), Borges (2011), Borges e Calderón (2011), Poltronieri (2012) e Poltronieri e Calderón (2012) destacam a centralidade da avaliação nas políticas educacionais do Brasil, tanto para a educação básica quanto para a educação superior.

Barreto e Pinto (2001) destacam que, nos anos 1990, ganhou força a avaliação de monitoramento, entendida como avaliação padronizada do rendimento escolar dos alunos. No caso brasileiro, esse mecanismo de avaliação é integrado por um sistema nacional de aferição, implantado em 1990, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, e por sistemas estaduais, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que realizaram e continuam realizando ações de avaliação de seus sistemas de ensino por meio de mecanismos próprios.

Igualmente, Gonçalves Filho (2003) demarca os anos 1990 como o período em que no Brasil a avaliação torna-se obrigatória no sistema educacional. Desde então, vários esforços são adotados na direção do enfrentamento dos problemas relacionados à constituição do campo da avaliação. Contudo, o autor ressalta que diferentes formatos avaliativos já haviam sido praticados em períodos anteriores, tanto na educação básica, quanto na educação superior.

Sameshima (2004) destaca que, na década de 90, com a instalação de um Estado forte, a avaliação surge como instrumento de controle, por atender a duas posições: por um lado, estabelece controle do currículo por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, por outro, opera a aplicação de exames nacionais, que resultam em competição e classificação das instituições.

Sousa (2005), ao analisar a produção da Fundação Carlos Chagas relativa à avaliação educacional, sinaliza que a partir da década de 1990, essa produção direciona-se a iniciativas desencadeadas no âmbito das políticas governamentais, sobretudo, a

avaliações de projetos e programas educacionais, visando analisar seus eventuais resultados e impactos.

Rothen e Barreyro (2011) destacam que é na década de 1990 e anos seguintes que a avaliação irá adquirir centralidade nas políticas de educação, por meio de ações concretas que buscaram responder a fundamentos diferentes, apresentando concepções distintas de avaliação e de regulação. Entre as ações, destacam os autores, deu-se a criação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993, e do Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como o “Provão”, em 1997.

Tavares, Oliveira e Seiffert (2010, 2011) destacam que, a partir de 1995, o Estado brasileiro, ao buscar atingir os fins do capital mundializado e percebendo a educação superior como meio para produzir os conhecimentos e técnicas do interesse do mercado global, instituiu formas de mostrar-se presente nesse campo da educação, encontrando como alternativa, o papel avaliador. Consequentemente, a política de avaliação do período desloca o foco da avaliação institucional para a avaliação de curso.

Finalmente, Borges (2011), Borges e Calderón (2011), Poltronieri (2012) e Poltronieri e Calderón (2012) apresentam a carência de estudos originais sobre a realidade brasileira no período dos anos 1990, a partir da constatação da predominância de artigos de cunho teórico que discorrem a respeito de ideias, concepções, teorias e pressupostos da avaliação, o que de algum modo sugere a preocupação dos estudiosos brasileiros com o esclarecimento dos significados da avaliação, mas indica por outro lado, uma lacuna no que diz respeito aos trabalhos voltados para a realização de intervenções intencionais nas instituições educacionais.

4.4. A década de 2000 – Balanços da produção científica sobre a avaliação educacional

Nesse quarto período, os trabalhos de Rothen e Barreyro (2010), Tavares, Oliveira e Seiffert (2010; 2011), Borges (2011), Borges e Calderón (2011), Poltronieri (2012) e Poltronieri e Calderón (2012) se debruçam na análise do conhecimento produzido em revistas científicas voltadas para a temática da avaliação, reconhecem os periódicos científicos como um importante canal de comunicação entre os pesquisadores, e suas contribuições a partir das discussões e busca do fortalecimento das políticas de avaliação governamentais.

Rothen e Barreyro (2010) apontam a influência da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), que edita a revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, nas propostas de governo para a educação da Coligação “Lula Presidente”, em 2002. Alguns dos membros da rede fizeram parte de comissões durante o governo, chegando inclusive a ocupar cargos no Ministério da Educação (MEC), assim como estiveram engajados na implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), no ano de 2004.

Tavares, Oliveira e Seiffert (2010, 2011) também destacam que a ascensão de Lula ao poder acarretou uma revisão da política de avaliação implantada, missão esta confiada a uma Comissão Especial de Avaliação, que teve por finalidade analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias que visavam à reformulação dos processos e políticas de avaliação da educação superior. Previa-se, igualmente, uma revisão crítica dos instrumentos, metodologias e critérios utilizados no exame até então vigente (“Provão”).

Borges (2011) e Borges e Calderón (2011), por sua vez, ao analisarem a produção da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, destacam a predominância de estudos sobre avaliação institucional no âmbito da educação superior, produção esta caracterizada pela ausência de artigos de autores vinculados a uma visão crítico-transformadora de avaliação, sustentada no paradigma emancipatório, autores que, em grande parte, fizeram-se presentes das comissões apontadas nos estudos de Rothen e Barreyro (2010) e Tavares, Oliveira e Seiffert (2010; 2011). Isso sinaliza que a revista adota, no tratamento de temas relacionado à avaliação, uma linha mais técnica, no campo da operacionalização das políticas públicas, distanciando-se de discussões político-ideológicas.

Os estudos analisados permitem constatar que a revista *Avaliação* e a revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* apresentam perfis teóricos que apontam para direções contrárias, sustentados em abordagens teóricas, de certa forma, antagônicas, a primeira enfatizando a dimensão política na construção do conhecimento, e a segunda focando uma ação instrumental da ciência, voltada para o aprimoramento das políticas públicas.

A análise da produção científica disseminada pela revista *Estudos em Avaliação Educacional*, efetuada por Poltronieri e Calderón (2012), permitiu traçar um perfil dessa revista análogo ao da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, uma vez que ela também se afasta da dimensão política da avaliação, pois adota uma linha teórica voltada para o aprimoramento das políticas públicas, com foco em atividades avaliativas direcionadas para a avaliação da aprendizagem, no âmbito da educação básica.

Poltronieri (2012) destaca, nesse período, uma movimentação no que diz respeito à concepção de avaliação, que sinaliza para a hegemonia, no campo teórico, de uma abordagem emancipatória e participativa, por meio da predominância de um movimento de reflexão no campo da avaliação voltada à hipervalorização dos aspectos relativos à chamada avaliação emancipatória, como alternativa aos modelos tradicionais e tecnicistas. Entretanto, embora no ambiente universitário brasileiro predomine esse movimento, pesquisas apontam o distanciamento existente entre o discurso acadêmico e a realidade predominante nas instituições educacionais, marcadas por práticas avaliativas tradicionais e essencialmente tecnicistas (Calderón e Borges, 2013).

5. As tendências temáticas no campo da avaliação educacional

A fim de sistematizar as principais tendências temáticas encontradas nos quatorze estudos na tentativa de identificar como evoluíram ao longo do período estudado (1970-2011), optou-se por separá-las em duas grandes categorias – “avaliação na educação básica” e “avaliação na educação superior” –, partindo-se do princípio de que se trata de níveis educacionais que possuem especificidades, com públicos-alvos, objetivos e papéis diferenciados no contexto do sistema educacional brasileiro como um todo.

5.1. Avaliação na educação básica

Na década de 1970, quando a avaliação passou a centrar-se na avaliação de currículos e programas, as temáticas tocantes à educação básica abordaram questões como aprovação, reprovação, evasão, interação aluno-professor, educação de adultos, treinamento e formação de educadores (Vianna, 1992). Concebe-se a avaliação como atividade inerente

ao processo de planejamento educacional, expresso na crença de que a maior produtividade do sistema de ensino seria alcançada via racionalização do trabalho, desconsiderando os conflitos e relações de poder (Sousa, 2005).

A partir dos anos 1980, com a presença da dimensão política da avaliação, as temáticas passaram a tratar das metodologias qualitativas de avaliação. Com vistas ao estudo da escola, aparece o estudo de caso como forma de avaliação qualitativa, bem como a utilização das técnicas da pesquisa participante em estudos de avaliação (Vianna, 1992). A produção também privilegia uma análise global das questões da avaliação, assim como de seu papel ideológico e de controle social exercido pelo processo avaliativo. Outros temas enfatizam as relações entre avaliação e fracasso/sucesso escolar e seletividade (Candau e Oswald, 1995). Nesse período também são desenvolvidos estudos sobre avaliação do rendimento escolar dos alunos, tratando de aspectos relativos à medida de desempenho (Sousa, 2005).

Na década de 1990, quando a avaliação ocupa papel central na formulação e implementação das políticas educacionais, principalmente por meio da criação de sistemas e de instrumentos de avaliação em larga escala, alguns artigos se ocuparam em fazer balanços do que foi produzido no país sobre o tema, buscando situar as tendências e abordagens de avaliação numa perspectiva histórica, outros abordaram a avaliação das práticas escolares ou dos aspectos institucionais da escola, e um grande número de textos se reportavam à dimensão qualitativa da avaliação (Barreto e Pinto, 2001). A partir dessa década, foram objetos de avaliação programas e projetos que integraram políticas educacionais, direcionando seus questionamentos ao desenvolvimento, resultados e impactos das iniciativas governamentais (Sousa, 2005).

Ainda na década de 1990, o foco de interesse dos autores concentrava-se em questões relacionadas à avaliação de programas e projetos educacionais. São trabalhos relacionados às políticas educacionais, assim como se discutem aspectos conceituais em torno do tema da avaliação, procurando-se demarcar experiências construídas e socializar aportes teóricos sobre a temática em questão (Borges, 2011). Os estudos também enfatizarão a discussão de aspectos relativos ao desempenho escolar dos estudantes, formas de avaliação de rendimento escolar, repetência e as influências que as práticas de avaliação da aprendizagem podem exercer na relação que se estabelece entre professores e alunos (Poltronieri, 2012; Poltronieri e Calderón, 2012).

Já na década de 2000, quando se reconhece nos periódicos científicos um importante canal de contribuição para a constituição do campo da avaliação, a atenção dos autores se volta para as alternativas de modernização das metodologias de avaliação, seguidas pelos resultados de avaliações de programas e projetos educacionais, interesse nos aspectos conceituais da avaliação e no sistema de avaliação da educação básica, enfatizando-se também estudos acerca do contexto escolar e avaliação, assim como da profissionalização do campo da avaliação no Brasil (Borges, 2012). Outras temáticas estudadas nos anos 2000, que analisam o desempenho escolar de estudantes de estados específicos, ressaltaram a questão do analfabetismo, de projetos de educação e de aspectos metodológicos do desempenho escolar, assim como discutem-se instrumentos de avaliação da aprendizagem e as visões de avaliação da aprendizagem que os cursos de formação de professores oferecem, bem como a influência dos cursos de formação na prática do professor no que diz respeito à avaliação (Poltronieiri, 2012).

5.2. Avaliação na Educação Superior

Na década de 1970, as abordagens a respeito da avaliação na educação superior enfatizam a questão do acesso à universidade, por meio da análise dos testes de aptidão, da expressão verbal e escrita dos alunos, da autoestima dos jovens, do acesso da mulher ao ensino superior e da opinião dos alunos sobre os cursos e professores (Vianna, 1992). Nota-se que o significado atribuído à expressão “avaliação educacional” aponta para uma relação desta com a medida educacional, principalmente devido à exploração de perspectivas que englobam desde a elaboração dos instrumentos de medida, aos critérios para julgar sua validade e fidedignidade (Sousa, 2005).

A partir dos anos 1980, como já mencionado anteriormente, reafirma-se a ênfase nos estudos que apontam questões metodológicas para a avaliação, entre os quais se destacam o estudo de caso, a pesquisa participante e a meta-avaliação. Contudo, Vianna (1992) identifica alguns problemas específicos neste período, como a falsa dicotomia entre quantitativo versus qualitativo, aspectos que, segundo o autor, equilibram-se mutuamente, haja vista que o problema não está na quantificação ou qualificação, mas no superdimensionamento de um desses enfoques e na consequente exclusão do outro. Também se aponta, nesse período, a limitação da avaliação educacional ao rendimento escolar, o que, segundo o autor, seria reduzi-la a uma contabilidade educacional consequente da aplicação de instrumentos. Por último, verifica dúvidas quanto à utilização das técnicas de pesquisa participante em estudos de avaliação, uma vez que estas ainda não encontravam-se no domínio no contexto educacional da época.

Nos anos 1990, destaca-se a contribuição significativa da revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, da RAIES, com a divulgação de artigos e ideias sobre avaliação institucional, enfocando a defesa da universidade pública, a reflexão sobre a centralidade da avaliação nas reformas educacionais, as experiências das instituições de ensino superior em avaliação institucional e de uma concepção democrática e formativa da avaliação (Gonçalves Filho, 2003). Nesse sentido, é possível observar que há um predomínio de artigos de cunho crítico-argumentativo que tratam da elaboração e análise crítica em relação às políticas públicas de avaliação, encontrando-se grande parte destes estudos publicada pela revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Sameshima, 2004), podendo-se, inclusive, concluir que a revista em questão elaborou e instituiu um discurso a respeito de uma concepção de avaliação denominadamente institucional, formativa, participativa, que foi colocada como alternativa e contraposição ao Exame Nacional de Cursos (Rothen e Barreyro, 2011).

Também nos anos 1990, ganham destaque, as produções da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, que contém a apreciação em torno do esforço dos autores em abordar a avaliação como estratégia fundamental para o processo de mudanças qualitativas no desempenho dos cursos de graduação e pós-graduação. A ênfase recai sobre os indicadores que permitem um diagnóstico, reforçando as condições objetivas institucionais como aspectos que podem qualificar ou desqualificar os cursos (Tavares; Oliveira e Seiffert, 2010). É possível identificar que as principais temáticas abordadas pela revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* enfocam a avaliação de cursos, avaliação do desempenho docente, avaliação de instituições de ensino, qualidade de programas de pós-graduação e indicadores de qualidade (Borges e Calderón, 2011).

Nos anos 2000, com a elaboração e implantação de um novo sistema para a avaliação da educação superior, o SINAES, criado em 2004, observa-se nos artigos da revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, da RAIES, a esperança que os

acadêmicos vinculados à proposta anterior para a avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB), agora membros da equipe de formulação do novo sistema, tinham em resgatar as práticas democráticas de avaliação. Há, também, a defesa da proposta do SINAES diante das reações contrárias de setores da imprensa e do próprio governo. Os artigos também apontam os desafios na implantação do sistema, discutem as características de uma prova de larga escala, o funcionamento das comissões próprias de avaliação e, por fim, a criação dos índices (Rothen e Barreiro, 2010).

Ainda nos anos 2000 e seguintes, outras importantes temáticas sobre a avaliação na educação superior serão objetos de estudo na revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, como a análise comparativa do desempenho dos egressos de escolas da rede pública e da rede particular de ensino nos processos seletivos, as cotas no ensino superior, a educação a distância, a questão do financiamento e a avaliação docente. Após a implantação do SINAES, começam a surgir artigos sobre a nova política de avaliação da educação Superior (Tavares; Oliveira e Seiffert, 2010, 2011).

6. Considerações finais

O percurso histórico da avaliação educacional no Brasil permitiu distinguir quatro momentos distintos, claramente definidos.

A década de 70 foi marcada pela compreensão da avaliação como medida e seleção, caracterizada pela predominância daquilo que se convencionou chamar de visão tecnicista da avaliação. No âmbito da educação superior, enfocavam-se questões referentes a processos seletivos de acesso a universidade. No âmbito da educação básica, privilegiavam-se temáticas como desempenho escolar e instrumentos de medidas (testes, provas), e as produções começam a se direcionar à avaliação de projetos e programas educacionais.

Na década de 80, ganharam visibilidade estudos sobre avaliação de projetos e programas educacionais, observando-se os primeiros passos em direção aos estudos realizados sob uma metodologia qualitativa, enfocando o estudo de caso e a pesquisa participante. Foi um período em que a avaliação meramente tecnicista passou a ser questionada, emergindo uma visão da dimensão política da avaliação educacional, como contraponto ao tecnicismo na educação.

Na década de 90, considerada como a “década da avaliação”, a avaliação da educação foi incluída na agenda pública por meio da criação de grandes sistemas e instrumentos de avaliação em larga escala, tanto na avaliação básica quanto na educação superior. Com isso, são recorrentes trabalhos que tratam da avaliação de políticas educacionais, modelos de avaliação em larga escala, avaliação de propostas curriculares, de programas educacionais, de sistemas educacionais e de instituições educacionais.

Finalmente, na década de 2000, destaca-se o surgimento de estudos centrados na produção científica divulgada nas principais revistas científicas brasileiras no campo da avaliação educacional, reflexo do acentuado volume de produção científica produzida na tentativa compreender as experiências implantadas no Brasil a partir da década de noventa. Nesses estudos, é possível identificar claramente a polarização existente na avaliação da educação enquanto campo científico-acadêmico do conhecimento, identificando-se duas vertentes claramente definidas, por um lado, revistas que concebem a avaliação dentro de uma dimensão política, de cunho emancipatório, especificamente a revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, e por

outro, revistas que se distanciam da dimensão política-ideológica, para abraçar uma perspectiva voltada para o aprimoramento das políticas públicas, do fazer, do cotidiano, e da dimensão técnica da avaliação (Poltronieri e Calderón, 2012). Esta realidade demonstra que “a comunidade científica, embora unificada no termo comunidade, é heterogênea” (Calderón e Ferreira, 2011, pp. 335), constituindo-se um campo de disputas pelo poder simbólico e capitais específicos em jogo (Bourdieu, 1983, 2001, 2002), no qual concorrem entre si que no processo de concorrência acabam definindo as teorias hegemônicas e as áreas temáticas com maior ou menor prestígio (Apple, 2006).

O estudo, ora realizado, também permite ressaltar que embora no Brasil “o campo da avaliação vem sendo construído de modo informal e não sistemático” (Sousa, 2005, pp. 26), a existência de três revistas científicas consolidadas, de elevado impacto nacional, com projeção internacional, bem como a existência de revistas emergentes, ainda em processo de estruturação e crescimento, permite tecer vínculos, talvez simbióticos, entre a centralidade que a avaliação educacional está adquirindo nas políticas educacionais e o processo de estruturação de uma sólida comunidade acadêmico-científica que gira em torno da avaliação como campo de estudo e pesquisa.

Esta tese se vê fortalecida na medida em que estudos apontam que, por trás das principais revistas consolidadas e de elevado impacto, encontram-se instituições que influenciam políticas de avaliação educacional, a exemplo da influência da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), que edita a revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, na criação das políticas de avaliação para a educação superior brasileira no período de 2003 a 2007. Destacam-se também, fundações especializadas na prestação de serviços no campo da avaliação educacional: a Fundação Carlos Chagas, promotora das revistas *Cadernos de Pesquisa* e *Estudos em Avaliação Educacional*, e a Fundação Cesgranrio, editora da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*.

Referências

- Apple, M. (2006). *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed.
- Barreto, e. S.S., Pinto, R.P. (2001). *Avaliação na Educação Básica, 1990-1998*. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped.
- Barreto, E. S. S., Pinto, R.P.; Martins, A.M., Duran, M.C.G. (2001). Avaliação na Educação Básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 49-88.
- Bonamino, A., Sousa, S.Z. (2012). Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, 38, 373-388.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco zero.
- Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Bourdieu, P. (2002). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk.
- Borges, R.M. (2012). *Avaliação na Educação Básica, O Estado do Conhecimento da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Tesis de master no publicada. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- Borges, R.M., Calderón, A.I. (2011). Avaliação educacional: o estado do conhecimento da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 19, 42-56.

- Bresser Pereira, L.C. (1998). Da administração pública burocrática à gerencial. En L. C. Bresser Pereira y P. Spink, *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial* (pp. 34-55). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Calderón, A.I., Borges, R. M. (2013). La evaluación educacional en el Brasil: de la transferencia cultural a la evaluación emancipadora. *Educación*, 42, 77-95.
- Calderón, A.I., Ferreira, A. G. (2011). Administração da educação no Brasil: um diálogo comparativo com as tendências temáticas da Revista Ibero-americana de Educação. *Revista brasileira de política e administração da educação*, 27, 321-339.
- Candau, V.M., Oswald, M. L. M. B. (1995). Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 95, 25-36.
- Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez.
- Ferreira, N.S.A. (2002). As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação e Sociedade*, 23, 1-22.
- Gonçalves Filho, F. (2003). *Enfoques de avaliação institucional em revista: um estudo da revista Avaliação (1996-2002)*. Tesis de master no publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Poltronieri, H. (2012). *Avaliação da aprendizagem: estudo sobre a produção científica divulgada no periódico Estudos em Avaliação Educacional (1990-2010)*. Tesis de master no publicada, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- Poltronieri, H., Calderón, A.I. (2012). Avaliação na Educação Básica: a revista Estudos em avaliação Educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, 53, 82-103.
- Puentes, R. V., Aquino, O. F., Faquin, J. P. S. (2005). Estado del Arte sobre Formación de Profesores en América Latina: significado, orígenes y fundamentos teórico-metodológicos. *Revista Digital UMBRAL*, 17, 1-45.
- Rothen, J.C., Barreyro, G.B. (2010). Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na “Revista Avaliação”. *Série Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 30, 167-181.
- Rothen, J.C., Barreyro, G.B. (2011). A "RAIES" e a Revista Avaliação a construção de um marco teórico, político e metodológico. *Avaliação*, 16, 267-290.
- Romanowski, J. P., Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, 6, 37-50.
- Saul, A. M. (2001). *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez.
- Sameshima, D.C.T. (2004). *Avaliação Institucional: Uma análise da Produção do Conhecimento (1990-2002)*. Tesis doctoral no publicada. Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Sousa, S.Z.. (2005). 40 Anos de Contribuição a Avaliação Educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, 16, 7-36.
- Tavares, M.G.M., Oliveira, M.A.A., Seiffert, O.M.. (2010). Avaliação da educação superior no Brasil. *Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 30, 141-165.
- Tavares, M.G., Oliveira, M.A., Seiffert, O.M. (2011). Avaliação da educação superior na revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação: ênfases e tendências. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 19, 233-258.

- Therrien, J., Nóbrega-Therrien, S. (2004). Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, 15, 5-16.
- Vianna, H. M. (1992). Avaliação Educacional nos Cadernos de Pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, 80, 100-105.
- Worthen, B. R., Sanders, J. S., Fitzpatrick, J. L. (2004). *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Editora Gente.